

Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto*

Rogério Proença Leite
Paulo Peixoto

Resumo

Este artigo pretende discutir alguns aspectos das políticas urbanas de enobrecimento, tendo como referentes empíricos o Bairro do Recife e a zona histórica do Porto (Portugal). O argumento central é que, após o período de apogeu das intervenções urbanas, que agem como um elixir para os problemas de uma realidade decadente, ocorre uma contrarrevanche exacerbada por um sentimento de reconquista do espaço que aniquila as perspectivas depuradoras dessas operações. Esse trabalho, desenvolvido no âmbito de uma pesquisa comparada entre realidades urbanas brasileiras e portuguesas, questiona esses processos de patrimonialização de centros históricos procurando relevar a volubilidade desses processos.

Palavras-chave: cidades; patrimônio cultural; enobrecimento urbano.

Abstract

This article discusses some aspects of urban policies of gentrification, based on the following empirical references: the Neighborhood of Recife and the historic area of Porto (Portugal). The central argument is that, after the apex of urban interventions, which act as an elixir for the problems of a decaying reality, there is a counter-revanchism exacerbated by a sense of space recovery that annihilates the perspectives to improve such operations. This work, developed in the scope of a research study that compares Brazilian and Portuguese urban realities, questions such processes that transform historic centers into cultural heritage, trying to reveal their volubility.

Keywords: *cities; cultural heritage; gentrification*

O poder redentor do patrimônio

As funções e o estatuto do patrimônio no contexto da vida urbana de cidades que, pelo seu *ethos*, se representam e são representadas como históricas, convertem os processos e as intervenções patrimoniais em uma espécie de nova realidade alegórica das cidades. Essa realidade alegórica evidencia a promessa redentora de, através de complexos processos de patrimonialização,¹ reconstruir as imagens das cidades, e sobretudo de suas zonas históricas, em busca da superação de um incontornável processo de declínio. Esse processo de patrimonialização implica diferentes níveis de intervenção diferenciada, com fortes repercussões, tanto na infraestrutura urbanística e arquitetônica, quanto na formatação dos usos dos espaços enobrecidos (Ferreira, 2005).

Uma primeira repercussão desse processo se faz sentir na materialização de uma ideia de espaço público ordenado, higienizado e minimizado de seus aspectos conflituais, que faz com que a cidade seja imaginada e transformada a partir da reinvenção de um seu passado (Zukin, 1995). Nessa perspectiva, o patrimônio é cada vez mais apresentado como a expressão material de uma ideia pacífica de espaço público, construído com base em uma suposta ideia de passado comum e de tradições compartilhadas. Sob forma figurada da imbricação entre consumo e lazer, os centros históricos alvo de requalificação são uma alegoria desse espaço público idealizado, supostamente perdido, que urge recuperar. As intervenções mais voltadas para um urbanismo intensivo têm ocorrido nos locais onde uma ideia de

patrimônio se pode juntar a uma ideia de espaço público para ser potenciada como atração turística e de lazer (Sennett, 1998; Fortuna, 2002).

De forma semelhante, há consideráveis repercussões na promoção de uma animação crescente, enquadrada pelo consumo visual e pelo turismo urbano, e por formas de expressão de um patrimônio imaterial, que pretende sugerir ideais de cidadania e de participação cívica. Nesse plano, o espaço recuperado se apresenta como uma nova plataforma de pendor artístico capaz de gerar significados sociais e culturais, como se o visual fosse a condição fundadora de novas e enriquecedoras sociabilidades. Também se observam alterações na concretização de representações destinadas a funcionar como imagens de marca das cidades e como expressões metonímicas que convidam a tomar a parte, ordenada e embelezada, pelo todo e a difundir noções abstractas de centralidade e de qualidade de vida. Nesse plano, o patrimônio funciona como alegoria, dado que o esplendor e a qualidade urbanística dos espaços em que ele se exhibe, as cores garridas das fachadas recuperadas, frequentemente contrastando com o resto da cidade que as envolve, tornam os bens investidos de um valor patrimonial numa espécie de obra de arte que representa ideias abstractas de qualidade de vida e de funcionalidade. Neste âmbito, funcionam como imagem metonímica da cidade, convidando a tomar a parte, ordenada e embelezada, pelo todo.

O patrimônio e as suas representações que emergem no contexto desses processos de patrimonialização podem ser caracterizados como uma invenção cultural que procura legitimar e naturalizar um determinado tipo

de discurso sobre a vida urbana. A busca e a aquisição de um estatuto patrimonial pelos centros históricos do Recife e do Porto são, assim, experiências paradigmáticas do complexo percurso contemporâneo das políticas urbanas.

Numa primeira configuração histórica, os centros históricos constituem um componente estrutural e funcional da vida urbana. Condensam as primeiras experiências de uma cultura urbana (Simmel, 1997) e tornam-se espaços de destaque na economia política das cidades. Numa segunda fase, geralmente perdem sua importância socioeconômica, sendo estigmatizados e suscitando progressivamente a emergência de uma sentida tomada de consciência relativa à sua desvalorização social. Numa terceira etapa, reclamam e adquirem uma identidade patrimonial (Arantes, 2000), inserindo-se novamente no centro das políticas urbanas. É nessa fase que ocorrem a reinvenção do patrimônio e a construção de uma nova imagem da cidade, mediante políticas intensivas de revitalização e enobrecimento urbano.² Espaços antes considerados degradados passam a ter seu atribuído valor patrimonial ressaltado e se transformam em foco nodal de intensivas políticas urbanas e maciços investimentos público e privado. Com seus espaços higienizados e embelezados, a cidade adentra a concorrência intercidades (Fortuna, 1997) com renovada perspectiva, tendo seus patrimônios transformados em mercadoria. É nessa passagem da segunda para a terceira etapa que a ideia patrimonial emerge em meio às transformações urbanas advindas dos processos de enobrecimento.

Mas é também nessa fase que, tomando aqui o caso concreto das duas realidades propostas para análise (Recife e

Porto), se consuma uma quarta e nova fase observável, caracterizada por uma espécie pós-revanchismo patrimonial. A expressão revanchismo, aplicada aos processos de *gentrification*, é conhecida nos estudos urbanos para designar uma espécie de vingança tardia, mas eficaz, da cidade, que demarca espaços, segrega usuários e expulsa moradores indesejados (Smith, 1996). A operação lembra as políticas de higienização urbana das cidades portuárias, típica do urbanismo haussmaniano. O que resulta desse ambíguo processo de embelezamento estratégico – para usar mais uma vez a feliz expressão de Walter Benjamin (1997) –, é a não menos conhecida espetacularização da cultura em geral, e do patrimônio material e imaterial, em particular.

A quarta fase, aqui chamada de pós-revanchista, é gerada no auge do contexto de patrimonialização e de suas vulnerabilidades, e encerra um desfecho inevitável e indesejado para gestores e capital. Sugestivamente, esse pós-revanchismo sinaliza, por outro lado, uma abertura da cidade àqueles que não tinham espaço nas políticas de enobrecimento. Contudo, o alto preço por essa curiosa e tardia “inclusão social” é a volta desses espaços a condições de esvaziamento e deterioração crescentes.

O papel do patrimônio e da requalificação urbana na concretização de novas centralidades

Encarados como repositórios e como propulsores de atividades culturais diversas, os

centros históricos, ao concentrarem as iniciativas patrimonialistas, tornam-se objeto de uma idealização no âmbito das políticas urbanas e de processos de patrimonialização. Na medida em que alimentam com frequência uma visão predominantemente culturalista da cidade, vertida em campanhas de criação e de difusão de imagens, os centros históricos, sustentando-se em operações de patrimonialização e de requalificação urbana, tornam-se uma espécie de hipercentro das cidades. Verdadeiro receptáculo de investidas distintas, do campo político ao técnico, passando pelo associativo e pelo empresarial, esse espaço, que muitos, através das políticas de reabilitação urbana, pretendem tornar a mais falada, a mais estudada, a mais animada ou a mais colorida das configurações urbanas, parece constituir-se como o novo foco, em busca de uma certa centralidade cultural. Mais do que um centro, que muitas vezes já não são, por ganharem uma visibilidade superior àquela que têm no desenrolar da vida quotidiana das urbes, os centros históricos são, no contexto do investimento plástico que neles é feito, um hipercentro das cidades, na medida em que, virtualmente, se constituem como um ponto de convergência de intervenções urbanas diversas destinadas a um certo mediatismo. Os casos do Bairro do Recife e da Ribeira do Porto, enquanto paroxismos de processos de patrimonialização, encaixam-se nesse modelo de desenvolvimento das políticas urbanas (Peixoto, 2006; Leite, 2007).

Dos centros históricos, pretende-se cada vez mais que não sejam apenas um mero lugar nem um centro. Mas sim que se tornem num hiperlugar e num hipercentro, na medida em que têm de ser simultaneamente

um lugar, uma apropriação e uma prática coletiva de formas de sacralização ou de espectacularidade. Mais do que remeter para a esfera íntima ou para práticas quotidianas, o hipercentro exige um investimento coletivo que reveste um carácter mais ou menos sagrado, mais ou menos venerável, mais ou menos festivo, mais ou menos extraordinário. Nessa medida, procurando contrastar com o seu papel recente e com o seu entorno urbanístico, os centros históricos são alvo de intervenções destinadas a torná-los protótipos da vida urbana e são mediatizados como lugares exemplares. Por essa via, enraizados numa iconografia patrimonial, acabam por preencher a função de imagem profética de um futuro diferente para a cidade de que fazem parte, participando no designio maior de qualquer comunidade. Ou seja, a capacidade em criar e em manter lugares de centralidade que possam ser propostos aos locais e aos estranhos como lugares a admirar e a venerar.

Nesse contexto, em posições extremadas que atravessam as políticas de reabilitação, parece consolidar-se a ideia que para ser belo ou atrativo, e conseqüentemente mediático, é preciso sofrer. Seja o sofrimento inerente às posições estéticas e políticas daqueles que defendem que a função dos centros históricos é preencher o lugar que as ruínas ocupam na formação e no funcionamento da memória coletiva, atuando como uma espécie da “beleza do morto” de que nos fala de Certeau (1996). Seja o sofrimento relativo às transformações plásticas que, para promover um certo sentido estético, transfiguram lugares e objetos tornando-os como que irreconhecíveis e alvo de críticas profundas por parte dos puristas da preservação.

Tendo por referência as imagens difusas que irradiam desse hipercentro, não deixa de ser pertinente questionar a tensão marcante que enquadra muitas das intervenções atuais nos centros históricos. Essa tensão, nem sempre fácil de identificar, decorre da colisão entre imagens idealizadas do passado (o que se pensa que foram) e imagens idealizadas do futuro (o que se pensa que devem ser). Tensão que faz emergirem projetos opostos ou alternativos e, por vezes, inconciliáveis. E que, não sendo ultrapassada pelo confronto com a realidade mais ou menos recente e presente dos centros históricos se constitui como um obstáculo intransponível a uma intervenção sustentável nas áreas urbanas antigas, na medida em que será sempre um contrasenso reabilitar indo contra aquilo que existe. Nessa medida, não é despidendo notar que as intervenções nos centros históricos, na sua globalidade, e no caso concreto das duas realidades urbanas retidas para análise, e não obstante o forte pendor retórico que as envolve, participam mais da produção representacional e imagética que anima a promoção local que propriamente de uma política urbanística claramente orientada para a reabilitação, como o evidencia o surgimento de processos de revanchismo. Evidencia-se, por essa via, o risco de as campanhas de promoção local ficarem excessivamente prisioneiras de imagens sem conteúdo. Em contextos em que o marketing das cidades, movido por uma linguagem hiperbólica e alimentando fenômenos de escalada, parece estar a adquirir uma preponderância crescente, substituindo-se ou sobrepondo-se à ação política, à intervenção técnica e à criação artística e cultural.

O processo de patrimonialização do Bairro do Recife

Para o aspecto central da análise aqui proposta, é fundamental destacar que o Bairro do Recife, ao longo dos seus mais de 400 anos de existência, já experimentou o apogeu e a decadência quase absolutos – em termos de centralidade econômica, relevância arquitetônica e visibilidade cultural –, em pelos menos três grandes momentos da sua história. O primeiro momento se deu quando da própria fundação do Povoado dos Arrecifes (século XVI) e depois, já com a presença do Maurício de Nassau (século XVII), quando a sede do governo holandês foi edificada no vizinho bairro de Santo Antonio, deixando o bairro do Recife a amargar uma posição política secundária. O segundo, quando o bairro foi quase todo demolido e reconstruído no melhor estilo da Paris de Haussmann, ainda no auge da economia açucareira de Pernambuco (início do século XX) para, em seguida, presenciar quase seu despovoamento e, uma vez mais, a perda da sua relevância para outras áreas da cidade (sobretudo no pós-guerra até os anos 80 do século XX). Por fim, após amargar várias décadas de quase total abandono, o bairro “ressurge” nos anos de 90 como um dos mais emblemáticos, importantes e impactantes processos de enobrecimento urbano do Brasil (Leite, 2007)

A fase mais aguda desse processo de patrimonialização se deu entre 1989 até aproximadamente 2001, época em que se deu o enobrecimento do Bairro. Nesse período, o bairro teve suas feições arquitetônicas

e funcionais bastante alteradas, com a transformação de antigos casarões em animados *pubs* e sofisticados restaurantes. As ruas, palco de espetáculos teatrais, shows musicais e exposições artísticas, tornaram-se *boulevards* para as famílias de classe média da cidade. Rotinas antes impensáveis devido à má fama de local perigoso, o portuário bairro foi se transformando em opção de lazer seguro e entretenimento para a população, foco do turismo internacional e palco de grande visibilidade pública para eventos políticos.

O processo de patrimonialização foi intenso, tanto no que se refere ao patrimônio imaterial quanto material. O primeiro foi caracterizado por um agudo processo de retraditionalização do bairro, mediante a apresentação espetacular de folguedos da cultura popular pernambucana, a exemplo de tradicionais grupos de maracatus. A patrimonialização edificada por sua vez foi tão profunda que, pela primeira vez na história das políticas de preservação no Brasil, um bairro em estilo eclético foi reconhecido como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a despeito da discutível relevância arquitetônica do bairro para os cânones patrimoniais e preservacionistas brasileiros.

Foi nesse bairro haussmanniano do Brasil que o Plano de Revitalização do Bairro do Recife veio a ser colocado em prática, tendo como fundamentação uma proposta de restauração do patrimônio edificado articulada à ideia de intervenção urbana na forma de um empreendimento econômico. Afinado com os pressupostos do chamado *market lead city planning*, o plano tinha três objetivos principais: 1) transformar o Bairro do Recife em um "centro metropolitano re-

gional", tornando-o um polo de serviços modernos, cultura e lazer; 2) tornar o Bairro um "espaço de lazer e diversão", objetivando criar um "espaço que promova a concentração de pessoas nas áreas públicas criando um espetáculo urbano"; 3) tornar o Bairro um "centro de atração turística nacional e internacional". Esses objetivos sinalizavam, desde o início, o quanto a proposta estava voltada ao incremento da economia local, pretendendo tornar o Bairro do Recife um complexo *mix* de consumo e entretenimento. De igual modo, a noção de um espaço de "espetáculo urbano", que iria caracterizar todo o plano, é um indicador importante da presença de uma política de *gentrification*.

Tudo parecia perfeito, após a implantação do Plano de Revitalização, com o antigo centro histórico transformado em festa permanente, numa imbricada relação entre consumo e entretenimento, cultura e mercadoria; até que um fantasma voltou a rondar a bem-sucedida experiência de enobrecimento no Brasil. Aos poucos, o movimento de pessoas se arrefece, bares e restaurantes fecham suas portas; a arrecadação cai; lenta e gradualmente, seus espaços vão decaindo, perdendo visitantes, saindo da agenda cultural da cidade. Com a ausência de ação continuada do poder público, os espaços físicos vão se deteriorando, o patrimônio edificado vai perdendo suas cores e, para surpresa dos desavisados, a antiga área, parecendo cumprir seu histórico ciclo vital, volta quase a ser o que era antes: espaço de vidas cotidianas, sem muita visibilidade pública e sem a espetacularização do seu patrimônio e das rotinas sociais.

Em 2006, cinco anos após a fase mais intensa da "revitalização" do bairro, pouco restou das sociabilidades que caracterizaram

a efervescência cultural do processo. Mais uma vez, o local experimentava o vazio das suas ruas e do seu belo património material quase às escuras.

O processo de patrimonialização do centro histórico do Porto

O fato mais marcante do centro histórico do Porto reside na circunstância de, em apenas três décadas, ter passado repentinamente de objeto disfuncional e de alvo de uma política de demolição a objecto de exibição e alvo de uma política de protecção patrimonial (Peixoto, 2006).

O “Plano Director de Robert Auzelle” para a cidade do Porto defendia, como tantas outras soluções de planeamento urbano de inspiração haussmaniana, “a mera demolição do Barredo (zona hostórica mais densa)”, o que motivou o primeiro estudo de recuperação da parte antiga da cidade pelo arquiteto Fernando Távora.³ Apresentado em 1969, esse estudo deu origem, em 1974, à constituição de um organismo público especializado para o levar a cabo – o CRUARB (Ramos, 1995, p. 539), cuja ação viria a ser preponderante para que, apenas 35 anos depois do plano Auzelle, em 1996, a área a demolir fosse elevada à condição de património mundial pela Unesco.

A deterioração que ocorre no centro histórico do Porto a partir do século XIX, agravada pela segregação espacial motivada pela urbanização crescente da cidade, pelo aumento demográfico derivado da industrialização e pela concentração da população

mais desprovida de recursos no Bairro histórico da Sé, ao passo que a burguesia emergente se fixava nas novas zonas da cidade (como a Foz), atinge limites de ingovernabilidade que suscitaram “evidentes” soluções de tábua rasa. Nessas circunstâncias, porque quanto mais deteriorado um lugar se encontra mais ele tende a concentrar e a ampliar os problemas verdadeiramente prementes que existem numa cidade e na sociedade, o centro histórico do Porto criou, certamente, mais que qualquer outro em Portugal, condições de difícil implementação de uma política de reabilitação.

No Porto, a política de reabilitação e de requalificação urbana teve como pano de fundo os movimentos de moradores e o Serviço Ambulatório de Apoio Local – SAAL. Em 1969, a comunidade que dá significado à zona histórica é mencionada como estando impregnada de um valor histórico a preservar (Rocha et al., 1985) e a constituição do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB) constitui-se como um marco decisivo no lançamento da política local de reabilitação urbana ancorada numa retórica patrimonial. Essa política, na formulação legislativa do diploma que a enquadra, é projetada, em relação à sua zona mais nobre, com receios de enobrecimento da zona histórica e de centrifugação da população aí residente. “Considerando a urgente necessidade de conduzir eficazmente o processo de renovação urbana da zona da Ribeira da Cidade do Porto” afigura-se igualmente premente “assegurar que a população trabalhadora que há muito habita essa zona nas piores condições de alojamento e exploração não venha a ser dela deslocada por força da valorização da propriedade e da zona decorrentes da própria

operação em tempo planeada” (Rodrigues, 1999, pp. 40-41). Em 1980, segundo dados do INE, nos 3.200 edifícios existentes no centro histórico do Porto residiam cerca de 20.000 indivíduos, numa assinalável média de 6,25 por edifício. Esse desiderato de evitar a saída de residentes não foi contudo concretizado, uma vez que cerca de 800 residentes foram deslocados para o Bairro do Aleixo, gerando-se entre eles, contrariamente ao que muitas vezes se procura evidenciar quando se insiste que as operações de realojamento desta natureza são sempre feitas contra a vontade dos próprios, sentimentos contraditórios.

Como lembra Gaspar Pereira, “as operações de renovação urbanística, levadas a cabo na zona central da cidade, em especial as que atingem as zonas mais densamente povoadas do centro histórico, onde se concentravam populações pobres”, têm efeitos perversos e não antecipados. Isso porque “contribuem para agravar as carências habitacionais, conduzindo quer a uma sobreocupação do miolo da cidade antiga não atingido pelas demolições, quer à centrifugação de famílias pobres para a periferia” (Pereira apud Rodrigues, 1999, p. 16).

Acresce que, desde cedo, por outro lado, de modo a procurar tornar menos densa uma configuração urbana atulhada, se manifestam contornos de uma renovação seletiva que pretende ver-se travestida de uma prática de reabilitação integrada que, pelo menos retoricamente, valoriza o conjunto histórico constituído pelo *habitat* residencial e pela comunidade local. Essa política se orienta, assim, para o enobrecimento do espaço público e para o florescimento de condições que favorecessem as práticas urbanas de lazer e de consumo. Por isso mes-

mo, não é despiciendo nem inaudito notar que à zona da Ribeira, palco da cultura do consumo visual, tenha sido conferida uma prioridade em termos de reabilitação e de requalificação. Como lembra, de resto, um dos técnicos envolvidos nas operações de requalificação:

Se edifícios muito degradados sobre que pretendíamos operar não revelassem valor patrimonial suficientemente positivo ou se a sua presença e reconstrução significasse aumento de densidade construtiva, nociva à vida das populações, o Mestre [Arquitecto Viana de Lima] propunha, sem hesitação, o seu apeamento em favor do espaço aberto que proporcionasse o estar lúdico e a circulação facilitada (...). Ainda hoje, e já sem a presença directa do Mestre, soluções urbanísticas deste tipo foram reutilizadas, como no Largo da Viela do Anjo, onde, à custa da demolição de algumas construções em ruína, foi conseguido um espaço urbano aberto de grande qualidade arquitectónica, no interior da densa malha medieval da Sé, sem as descaracterizar, antes valorizando-as. (Moura, 2001, pp. 106 e 108)

Ainda que nunca tenha sido assumido pelos poderes locais que a reabilitação urbana empreendida no centro histórico do Porto tivesse sido inicialmente motivada pelo ímpeto em ver o centro histórico tombado património mundial, a verdade é que esse objetivo se vai consolidando com a maturação do processo de reabilitação.

Retendo uma ideia de António Firmino da Costa (1999), segundo a qual as zonas onde a reabilitação e a requalificação urbanas ocorrem são “socialmente constituídas

como objetos de reabilitação urbana”, mesmo antes das operações dessa natureza terem início, vale a pena relevar que, frequentemente, essas operações se resumem a pouco mais que esse processo de construção social (com uma amplitude limitada que dificilmente ultrapassa os discursos políticos) e que essa é, recorrentemente, uma queixa difundida pelos técnicos envolvidos. Mesmo não sendo o caso, porque configurou uma interessante operação de reabilitação e de requalificação urbanas, tornado, por isso mesmo, ainda mais pertinente este argumento, a verdade é que, obtido o estatuto de patrimônio mundial (não obstante faltar reabilitar uma grande porção do edificado e requalificar uma parte do espaço público na área Ribeira-Barredo, e de a intervenção na mais densificada zona do Bairro da Sé levar apenas 8 anos de realização), o CRUARB enfrentou um processo de extinção a partir de 2005, o que evidencia a volubilidade dos processos de patrimonialização.

Conclusão: do enobrecimento ao contrarrevanchismo

As experiências urbanas das cidades do Recife e do Porto guardam similitudes importantes num quadro analítico comparativo. A retórica e a prática inerentes aos processos de patrimonialização, a prazo, por estarem sujeitas a opções políticas, às vicissitudes dos investimentos públicos e a fenômenos de moda, podem ser geradoras de efeitos de revanchismo (neste caso, contrarrevanchismo, se entendermos que o próprio processo

de patrimonialização foi uma revanche da cidade aos usuários e moradores “indesejados”).

Nessa medida, não é assim tão fora do vulgar constatar que os processos de patrimonialização retroagem sobre eles mesmos, levando a que os efeitos positivos que geraram, em face dos objetivos que perseguiram, retrocedam no sentido que levavam e se encaminhem para situações qualitativamente inferiores àqueles que prevaleciam à época de sua implementação. Nesses casos, tudo se passa como se a intervenção patrimonial, como tantas vezes acontece nas operações de enobrecimento, viesse gerar num determinado espaço uma situação *contra natura* que acaba, uma vez esmorecida essa intervenção, não só por se normalizar, mas também por se refinar, no sentido em que tende a concentrar e a atrair exponencialmente os fenômenos expurgados pelos processos de patrimonialização.

No Porto, a extinção do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB) e da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica (FDZH), que foram as duas instituições que desenvolveram uma intervenção sistemática de reabilitação e de requalificação urbanas, não deixam potencialmente de enquadrar fenômenos de revanchismo ligados aos processos de patrimonialização. A ausência dessa intervenção não só significa o retomar de uma dinâmica de decadência, travada pela existência dos processos de requalificação e de patrimonialização, como a legítima numa lógica fatalista que acaba por a acelerar a um ritmo muito mais intenso.

Mas esse fenômeno de revanchismo é de natureza complexa e, unidimensionalmente considerado, não deixa de evidenciar

posições marcadamente ideológicas. O que leva a que seja profícuo questioná-lo na sua complexidade.

No caso do Porto, a extinção do CRUARB e da FDZH é recorrentemente justificada por não terem sido levadas a um ponto ótimo as operações de enobrecimento urbano e por essas instituições terem limitado esse enobrecimento a intervenções de requalificação do espaço público. Designadamente, na retórica legitimadora do novo instrumento financeiro-jurídico-urbanístico (as Sociedades de Reabilitação Urbana), critica-se o fato de o CRUARB ter apostado numa reabilitação de qualidade, e impossível de generalizar a toda a cidade, para realojar em casas “luxuosamente” recuperadas uma população residente de baixos recursos. Com a agravante – se releva – de essa população, que paga ao município rendas ajustadas à sua baixa renda mensal, não ter recursos, nem os permitir gerar, para fazer face, a médio prazo, às despesas de manutenção das intervenções realizadas. Por isso, um enobrecimento generalizado e mais ousado é defendido como estratégia mais adequada para evitar fenômenos de revanchismo em que os processos de patrimonialização se vejam hipotecados por eles próprios.

No caso do Bairro do Recife, o enfraquecimento das atividades do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife acompanhou a diminuição progressiva de investimentos. Ancorado, sobretudo, em uma concepção de consumo e entretenimento, típico dos processos denominados *gentrification* para visitação, o processo de enobrecimento do Bairro do Recife não se alicerçou em políticas residenciais, embora se soubesse, desde as primeiras iniciativas do Plano de

Revitalização – Bairro do Recife, que essa dimensão era fundamental para o retorno e manutenção de certas atividades desejadas.

Em decorrência de sua incontestável importância, um dos aspectos mais discutidos nas políticas de enobrecimento tem sido justamente a dimensão residencial desses empreendimentos. Entende-se que, sem essa característica, faltaria a esses projetos uma das suas principais bases de sustentação, capaz de gerar certas rotinas cotidianas de serviços que são essenciais à manutenção do curso de uma vida regular. Contudo, o caso do Recife repete uma tendência que tem sido quase um padrão no Brasil: o de não incorporar políticas habitacionais nos projetos de “revitalização”. Nem na forma de melhoria das condições de vida das populações mais pobres, que em geral habitam essas áreas centrais das cidades (em sua maioria, regiões portuárias), nem na forma de novos empreendimentos imobiliários.

Somada a ausência de investimentos residenciais, e tendo ou não o plano de “revitalização” apoio da administração pública, existe uma dimensão cotidiana da questão, relacionada à delicada equação da comunicabilidade política expressa nos usos e contra-usos desses espaços que podem contribuir para a fragilidade das relações sociais e vulnerabilidade desses espaços enobrecidos. Nesse caso, há de se considerar a presença continuada e persistente de contra-usos nos espaços enobrecidos, e suas ressonâncias sobre os processos interativos (estruturadores de identidades mediante a atribuição de sentidos aos lugares) entre os distintos grupos envolvidos nos usos desses espaços.

Por fim, é nesse sentido que a relação entre enobrecimento e o revanchismo que lhe subjaz traduz-se de dois modos distintos.

Na vingança que as antigas dinâmicas combatidas pelos processos de patrimonialização, aproveitando o enfraquecimento destes últimos, exercem, retomando e alastrando sua importância. Mas também na incapacidade das operações de preservação, que existem para reagir a um enobrecimento generalizado, em se manterem sustentáveis num contexto de igual afectação de recursos a todas as operações de requalificação.

cidade das operações de preservação, que existem para reagir a um enobrecimento generalizado, em se manterem sustentáveis num contexto de igual afectação de recursos a todas as operações de requalificação.

Rogério Proença Leite

Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (Sergipe, Brasil). Pesquisador 2 do CNPq.
rpleite@uol.com.br

Paulo Peixoto

Professor e pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal).
pp@fe.uc.pt

Notas

- (*) Texto produzido no âmbito das pesquisas da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos (CPLP/MCT/CNPq e CAPES-FCT). Uma primeira versão deste artigo foi apresentada na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia – ABA, Bahia, Brasil.
- (1) Referimo-nos aos processos de patrimonialização para dar conta de um movimento de duplo alcance. Por um lado, e na sua essência, os processos de patrimonialização se referem a intervenções de natureza patrimonial e predominantemente técnica que visam, acima de tudo, obter, através de uma operação de tombamento formal, um estatuto patrimonial. Por outro lado, lateralmente, os processos de patrimonialização se referem a operações de natureza diversa (arquitetônica, paisagística, urbanística, política, cultural, comercial, etc.) cujos objetivos, independentemente de um reconhecimento formal, assentam na exacerbação de um patrimônio ou do valor patrimonial de um objeto, para efeitos de consumo visual, turístico ou sustentação de um mercado urbano de lazeres.
- (2) O enobrecimento, nobilitação, ou *gentrification* (termo inglês correntemente utilizado na gíria da reabilitação urbana), dá conta da substituição da população residente por outra de estratos sociais mais elevados na sequência de processos de conservação e de restauração de determinado espaço urbano, remetendo numa visão mais redutora para a qualificação do espaço
- (3) A haussmanização refere-se a uma política de demolição, levada a cabo em Paris por Georges-Eugène Haussmann, na segunda metade do século XIX, que pretende intervir no espaço urbano de modo a controlar, disciplinar e higienizar os comportamentos, assim como a criar referências e marcadores do espaço através da monumentalização.

Referências

- ARANTES, A. A. (2000). *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, Ed. Unicamp.
- BENJAMIN, W. (1997). "Paris, Capital do Século XIX". In: FORTUNA, C. (org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- CERTEAU, M. (1996). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes.
- COSTA, A. F. da (1999). *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras, Celta.
- FERREIRA, C. (2005). *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação*. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- FORTUNA, C. (org.). (1997). *Cidade, cultura e globalização. Ensaaios de sociologia*. Oeiras, Celta.
- _____ (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, outubro.
- LEITE, R. P. (2007). *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, Editora Unicamp/Editora UFS.
- MOURA, A. (2001). "Reflexões sobre o Mestre". In: AAVV, Porto Patrimônio Mundial III, CRUARB, 25 anos de reabilitação urbana. Porto, Câmara Municipal do Porto, pp. 104-122.
- PEIXOTO, P. (2006). *O passado ainda não começou: funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano portugueses*. Tese de doutoramento em Sociologia. Universidade de Coimbra.
- RAMOS, L. A. de O. (org.). (1995). *História do Porto*. Porto, Porto Editora.
- ROCHA, C. et al. (1985). Ribeira Barredo: operação de renovação urbana. *Sociedade e Território*, n. 2, pp. 55-67.
- RODRIGUES, M. (1999). *Pelo direito à cidade. O movimento de moradores no Porto (1974/76)*. Porto, Campo das Letras.
- SENNETT, R. (1998). *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SIMMEL, G. (1997). "A metrópole e a vida do espírito". In: FORTUNA, C. (org.). *Cidade, cultura e globalização. Ensaaios de sociologia*. Oeiras, Celta.
- SMITH, N. (1996). *The new urban frontier: gentrification and revanchist city*. London e New York, Routledge.
- ZUKIN, S. (1995). *The cultures of cities*. Cambridge, Massachusetts, Blackweell.